CONCORRENCIA Nº 001/2024
Protocolo nº 3477/2023
Tipo: Menor Preço Global

JULGAMENTO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Agente de contratações, no uso de suas atribuições legais, apresenta a decisão sobre o recurso administrativo interposto por **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.198.237/0001-92 contra a sua inabilitação acerca dos fatos ocorridos no certame, cujo o objeto se trata da "Construção de campo do projeto MEU CAMPINHO".

1. DO RELATÓRIO

Aos 27 dias do mês de Fevereiro de 2024, na sessão presencial, a empresa licitante **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA,** foi inabilitada pois deixou de apresentar documentos que o edital pedia.

Alegou que teria os documentos e poderia apresentar

O Agente de contratações optou por inabilitar a empresa por deixar de cumprir condições que estavam expressamente escritas no edital, porem informou o prazo de recurso para quem se sentiu prejudicado.

Ficou então o prazo para recurso para dia 01 de Março de 2024.

É o relatório.

2. DOS PRAZOS

O Recurso foi manifestado imediata e motivadamente, no dia 01 (Primeiro) de Março, a empresa **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** apresentou sua contrarrazões no mesmo dia 01 (primeiro) de março, dentro do prazo esses foram os documento recebidos.

3. DAS ALEGAÇÕES

A empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA** questiona o fato de ter sido inabilitada por documentos que deveriam ter sido pedidos via diligencia, ainda questiona que o vinculo exigido poderia ter sido verificado por documento do CREA.

5. DA DECISÃO

Considerando a questão vamos citar um trecho do edital no qual os documentos eram exigidos:

"**10.1.3 - b.** Balanço Patrimonial, devidamente acompanhados das Notas Explicativas, e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme índices descritos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;"

"**10.1.4 - b.1)** A comprovação de vínculo do profissional que atuará como Responsável Técnico se dará quando da assinatura do contrato, por meio idôneo (cópia da carteira de trabalho ou da Ficha de Registro de Empregado da Empresa e caso o(s) profissional(is) seja(m) proprietário(s) da empresa, deverá(ão) fazer prova mediante

apresentação de atos constitutivos – estatuto, contrato social ou documento equivalente)."

O Balanço patrimonial apresentado pela empresa estava incompleto no momento da sessão, onde todos os participantes rubricaram os documentos, apenas 2(duas) folhas foram apresentadas, o edital é claro quando pede o documento completo, com abertura, fechamento, DRE e notas explicativas.

É necessário ressaltar o principio da vinculação ao edital :

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contratos."

Vejamos outro trecho do edital:

"9.5. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da licitante, mesmo se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, ressalvado os documentos relativos à regularidade fiscal contidos no item 9.1.2, devendo ser observado o contido no item 9.1.2.3."

Sabendo dos fatos pode observar que, quanto ao vinculo do responsável técnico com a empresa, o agente de contratações poderia solicitar no momento da assinatura do contrato o documento, contudo o que inabilita a empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA,** é a apresentação incompleta do balanço patrimonial, documento que era expressamente exigido em edital, todas as outras participantes (que tiveram seus envelopes abertos) apresentaram o balanço, o edital não prevê que após a sessão a empresa pode apresentar um documento que era exigido, detalhado com todos seus anexos.

Ainda podemos citar o principio da isonomia:

"O Princípio da Isonomia ou Igualdade consiste na ideia de que todos devem receber tratamento paritário, em situações uniformes, não sendo admitidos privilégios ou discriminações arbitrárias."

A empresa TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA enviou seu balanço no e-mail junto ao recurso, porem considerando os princípios e os fatos aqui citados, o agente de contratações não considera isonômico aceitar este documento, ainda se aceitar estaria descumprindo com o edital da licitação, que é claro.

Ainda em seu recurso a recorrente em um trecho cita que a inclusão de documento não iria ferir os princípios da igualde e isonomia, entendo que por ser um documento exigido em edital, a inclusão seria injusta com os outros participantes.

6. CONCLUSÃO

Ante os fatos, em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da probidade administrativa, da isonomia, da igualdade e com fulcro no princípio da autotutela, que dá à Administração Pública o poder de controlar os próprios atos, **INDEFIRO** o recurso interposto por **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**, Permanece o resultado da sessão.

Encaminho ao Prefeito Municipal para suas considerações.

Informo ainda que nesta prefeitura não cabem mais recursos no mesmo assunto desta decisão, independente da decisão do prefeito, e aquele que se sentir prejudicado deve procurar seus diretos por outros meios legais.

Em anexo o recurso e contrarrazões.

Publique-se a decisão.

Piên/PR, 07 de Março 2024.

Eduardo Duarte Scheivaraski
Agente de Contratações

CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
Protocolo nº 3477/2023
Tipo: Menor Preço Global

DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE A RECURSO ADMINISTRATIVO

Eu, Maicon Grosskopf, na qualidade de Prefeito do município de Piên/PR, devidamente informado dos acontecimentos da Concorrência 001/2024.

Considerando o recurso apresentado bem como a decisão do Agente de contratações.

Decido por acompanhar a decisão e inabilitar a empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, CNPJ 47.198.237/0001-92.

Piên/PR, 07 de Março de 2024.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09:30 horas, em sessão pública, o agente de contratação Senhor Eduardo Duarte Scheivaraski e membros, a Senhora Bernadete Maguerovski dos Santos e Sandrieli Aparecida Ludvinski, designados pela Portaria nº 24/2024 para proceder ao recebimento dos envelopes nº 1 e nº 2 entregues pelas proponentes interessadas na execução do objeto da Concorrência nº 001/2024, cujo o objeto **Contratação de empresa especializada para Construção de uma quadra do projeto MEU CAMPINHO.**
Aberta a sessão pelo Senhor agente de contratação, apresentaram-se como proponentes as empresas: **TURFGREEN COMÉRCIO DE GRAMA SINTÉTICA E CONSTRUÇÕES DE QUADRAS ESPORTIVAS,** inscrita no CNPJ nº 29.252.265/0001-69, estabelecida à Rua Ottokar Doerffel, nº 730, sala5, Atiradores, Joinville/SC, CEP 89203-212, fone: (47) 3026-7232, e-mail contato@turfgreen.com.br; sem representante na sessão; **TS GRADIL COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 15.356.232/0001-54, estabelecida na Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, nº 1925, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81310-020; sem representante na sessão. **HAMMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**, CNPJ 10.569.078/0001-86, situada a Rua Senador Souza Naves, 569, Engenho, Lapa/PR, telefone (41) 3622-0065, e-mail construtora.hammer@gmail.com; sem representante na sessão. **RAPACHI EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 15.687.871/0001-00, estabelecida na Rod. Jorge Lacerda, nº 2975, Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, CEP 88317-100, fone (47) 97400-5862, e-mail contato@rapachi.com.br; sem representante na sessão, **CONSTRUTORA ZAVAREZZI LTDA** inscrita no CNPJ nº 18.216.654/0001-12, estabelecida na Rua. Regente feijó, nº 1035, Bairro Parque São Paulo, Cascavel/PR, e-mail construtora@zavarezzi.com.br; sem representante na sessão. **JMZ ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 47.143.992/0001-70, situada a Av. República Argentina, 1505, sala 1905, Água Verde, Curitiba/PR, CEP 80.610-010, e-mail:contato@jmzengenharia.com.br; representado nesta sessão pelo Sr. Sérgio Murilo Machado portador do CPF: 100.207.419-3; **COMPACTA CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ 42.382.495/0001-00, situada a Rua. Eduardo Neidert, 655, Bairro Cruzeiro, Rio Negrinho/SC, CEP 89.295-000, telefone (47) 99185-6388, e-mail:compactaconstrutotasc@gmail.com; representado nesta sessão pelo Sra. Schaiane Lovemberger portador do CPF: 065.003.719-76. **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 43.081.035/0001-05, situada a Rua. Londrina, 597, Bairro Iguaçu, Araucária/PR, CEP 83.701-450, telefone 41 3552 3748, e-mail:ctt.graopara@outlook.com.br; representado nesta sessão pelo Sr. José Carlos Kirchner, portador do CPF: 153.530.012-49. **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, CNPJ 47.198.237/0001-92, situada a Rua. Marechal Hermes, 1500, Bairro Ahu, Curitiba/PR, CEP 80.540-290, telefone 44 98800 9689, e-mail:contato@techfair.com.br; representado nesta sessão pelo Sr. Júlio Andrei nascimento, portador do CPF: 102.800.059-62 . Uma vez credenciadas as empresas proponentes, o Presidente seguiu com as atividades pertinentes na seguinte ordem:

1 – Credenciamento.
2 – Abertura dos envelopes de proposta de preços;
3 – envelopes de habilitação.
4 – Lavratura da Ata e assinatura.

Após o credenciamento estando todas em conformidade, foi dado sequência à abertura dos envelopes de propostas, conforme preços ofertados abaixo:

1) **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA: R$ 322.443,07 (trezentos e vinte e dois mil e quatrocentos e quarenta e três reais e sete centavos).**

2) **RAPACHI EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA: R$ 332.260,44 (trezentos e trinta e dois mil duzentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).**

3) **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA: R$ 348.298,12 (trezentos e quarenta e oito mil e duzentos e noventa e oito reais e doze centavos).**

4) TURFGREEN COMÉRCIO DE GRAMA SINTÉTICA E CONSTRUÇÕES DE QUADRAS ESPORTIVAS: R$ 353.943,85 (trezentos e cinquenta e três mil novecentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

5) TS GRADIL COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA: R$ 361.709,22 (trezentos e sessenta e um mil setecentos e nove reais e vinte e dois centavos).

6) CONSTRUTORA ZAVAREZZI LTDA: R$ 365.855,57 (trezentos e sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

7) JMZ ENGENHARIA LTDA: R$ 374.522,80 (trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos).

8) COMPACTA CONSTRUTORA LTDA: R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil).

9) HAMMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA: R$ 418.222,38 (quatrocentos e dezoito mil duzentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos).

As propostas foram consideradas aptas, portanto procedemos com a abertura dos envelopes de habilitação, seguindo a ordem das propostas.
Foi constatado que a empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** não apresentou o balanço patrimonial completo e nem o vínculo com o engenheiro indicado, portanto está inabilitada.
A empresa **RAPACHI EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA** está com a certidão de registro de pessoa jurídica no CREA/SC desatualizada, pois houve alteração em seu contrato social, portanto está inabilitada.
A empresa **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** foi considerada habilitada, tendo em vista a ordem de classificação dos preços e inabilitação dos dois primeiros.
A empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** manifestou intenção de entrar com recurso contra a sua inabilitação e também contra o cronograma apresentado pela empresa **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**
A represente da empresa **COMPACTA CONSTRUTORA LTDA** deixou a sessão, portanto não assina este.
O agente de contratação informou que o prazo é dia 01/03/2024 para apresentar recurso.
Nada mais havendo a tratar, o senhor agente de contratação deu por encerrada a sessão e informou que as tratativas de recurso e outros documentos vão ser por e-mail ou protocolo físico/digital sempre publicando os atos em site oficial.

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2024.

PRESIDENTE: Eduardo Duarte Scheivaraski _____

MEMBRO: Bernadete Maguerovski dos Santos _____

MEMBRO: Sandrieli Aparecida Ludvinski _____

TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA _____

GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA _____

JMZ ENGENHARIA LTDA Sergio Murilo Machado

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - PARANÁ.

Referência:
CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

OBJETO: RECURSO CONTRA DECISÃO DE HABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO

TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 47198237000192, com sede Rua Marechal Hermes, 1500, Ahú, Curitiba/PR, CEP 50540-040, neste ato representada por seu sócio-administrador, **RAPHAEL PELINSON AZEVEDO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 057.054.829-22, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 165, inciso I, alínea c, da Lei nº 14.133/21, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DO PREGOEIRO

Pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Acerca do prazo para apresentação das razões recursais, a ata da sessão prevê:

A represente da empresa **COMPACTA CONSTRUTORA LTDA** deixou a sessão, portanto não assina este.
O agente de contratação informou que o prazo é dia 01/03/2024 para apresentar recurso.
Nada mais havendo a tratar, o senhor agente de contratação deu por encerrada a sessão e informou que as tratativas de recurso e outros documentos vão ser por e-mail ou protocolo físico/digital sempre publicando os atos em site oficial.

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2024.

Neste ponto, o recurso deve ser considerado tempestivo pois está dentro do prazo.

II – DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Piên publicou edital licitatório, na modalidade Concorrência nº 001/2024, presencial, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para Construção de uma quadra do projeto MEU CAMPINHO.

A Recorrente participou do certame regularmente, contudo, na fase de habilitação das empresas foi inabilitada pelo Pregoeiro sob o fundamento de não ter apresentado o balanço patrimonial completo e nem o vínculo com o engenheiro indicado.

Inconformada com o excesso de formalismo que descartou a melhor proposta para os itens em que fora contemplada vencedora, a empresa registrou intenção de recursos, conforme consta em ata, e apresenta suas razões de recurso, pelos fundamentos que passa a expor. Vejamos.

III - RAZÕES DE RECURSO

ILUSTRE PREGOEIRO, DIGNÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR.

I. DA DECISÃO RECORRIDA: Em sessão presencial realizada em 27 de fevereiro de 2024, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam como inabilitada a empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA,** tendo declarado como vencedora do certame a licitante: **GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**.

Inconformada com a decisão, na própria sessão a ora recorrente manifestou suas insurgências e a intenção de recurso, tendo o Sr. Pregoeiro deferido a abertura do prazo recursal em ata, o qual encerra em 01/03/2024.

II. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO: a recorrente **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA** ganhou como primeira colocada na etapa de lances de preço, apresentando proposta no valor de R$322.443,07 (trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais, e sete centavos).

A proposta foi considerada apta e a proposta da recorrente ficou em primeiro lugar com o menor preço apresentado entre os licitantes presentes.

Após o julgamento da proposta, o Sr. Pregoeira declarou a empresa como inabilitada por não ter apresentado o balanço completo e comprovado o vínculo do engenheiro responsável com a empresa licitante, o que não ocorreu.

II.I DO VÍNCULO DO ENGENHEIRO COM A EMPRESA LICITANTE

O Engenheiro responsável técnico apresentado para a realização da obra possui vínculo formal com a empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA,** conforme poderia ser constatado perfeitamente durante a sessão por meio dos documentos emitidos pelo CREA/PR, nos quais consta o vínculo registrado.

Conforme consta no Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da empresa recorrente:

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 22526/2024 — Validade: 31/03/2024

Razão social:
TECH FAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA

CNPJ:
47.198.237/0001-92

Num. Registro:
83382

Data do Registro:
01/12/2023

Capital Social:
R$ 100.000,00

Endereço:
RUA MARECHAL HERMES, 1500, AHU

CEP:
80540-290

Cidade:
CURITIBA-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
03/07/2023

Objetivo Social:
E exercerá as seguintes atividades: CNAE Nº 4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários CNAE Nº 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas CNAE Nº 4120-4/00 - Construção de edifícios CNAE Nº 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias CNAE Nº 4221-9/01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica CNAE Nº 4221-9/02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica CNAE Nº 4221-9/04 - Construção de estações e redes de telecomunicações CNAE Nº 4221-9/05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações CNAE Nº 4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente CNAE Nº 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica CNAE Nº 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás CNAE Nº 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil CNAE Nº4399-1/03 - Obras de alvenaria CNAE Nº 4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios CNAE Nº 4679-6/02 - Comércio atacadista de mármores e granitos CNAE Nº 4679-6/04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente CNAE Nº 4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas CNAE Nº 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria CNAE Nº 6810-2/01 - Compra e venda de imóveis próprios CNAE Nº 6810-2/02 - Aluguel de imóveis próprios CNAE Nº 6822-6/00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica CNAE Nº 7112-0/00 - Serviços de engenharia CNAE Nº 7119-7/03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia CNAE Nº 7119-7/99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente CNAE Nº 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE Nº 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo CNAE Nº 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE Nº 6462-0/00 - Holdings de instituições não-financeiras CNAE Nº 6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE Nº 6201-5/01 Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda CNAE Nº 6202-3/00 Desenvolvimento licenciamento de programas de computador customizáveis. CNAE Nº 6203-1/00 - Desenvolvimento licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE Nº 6209-1/00 Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

Restrição de atividade:
As atividades técnicas devem estar circunscritas às atribuições do responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2023
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 47.198.237/0001-92

NOME CIVIL: JULIO ANDREI NASCIMENTO

Carteira: SC-1663691/D - Data de expedição: 10/07/2019

Desde 01/12/2023 - Carga horária: 7h

Sendo assim, a empresa apresentou na sessão documento comprovando o vínculo do profissional.

Ressalta-se decisão já proferido pelo Tribunal de Contas da União a respeito do tema, vejamos:

Acórdão 1795/2015 - Plenário

"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame."

Como se sabe, nos processos licitatórios aplica-se o Princípio do Formalismo Moderado, que apesar de reconhecer a importância das formalidades previstas na legislação e Editais de licitação como forma de garantir a observância de Princípios Constitucionais, como o da isonomia, da impessoalidade e da publicidade, esse Princípio também entende que o excesso de formalismo pode gerar limitações desnecessários e dificultar a efetivação de contratações e garantia do melhor interesse público.

Não obstante, o engenheiro Julio Andrei Nascimento possui vínculo trabalhista com a empresa, possuindo anotação na sua Carteira Profissional de Trabalho, tendo sido admitido em 30/01/2024 (ANEXO I), portanto, anteriormente à data da sessão, o que poderia ter sido resolvido por meio de uma simples diligência do Sr. Pregoeiro.

Sendo assim, o argumento referente à falta de vínculo do engenheiro deve ser afastado como motivo de inabilitação da empresa.

II.II DA APRESENTAÇÃO DE BALANÇO INCOMPLETO

Na ata da sessão consta que a empresa não apresentou balanço completo, o que não ocorreu.

A empresa **TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA** apresentou o BALANÇO PATRIMONIAL 2023 (ANEXO 2) E A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2023 (ANEXO 3). Ainda assim, o Sr. Pregoeiro entendeu que as informações não estavam completas.

Nesta toada, era possível esclarecer as informações por meio da solicitação de uma **DILIGÊNCIA** à empresa, que apresentou a proposta mais vantajosa entre as presentes no Pregão.

A propósito, este tem sido o entendimento do Tribunal de Contas da União a respeito do tema, vejamos:

> ***Acórdão 2443/2021 - Plenário***
> *"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) , não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência."*

Acórdão 3418/2014 - Plenário
"Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)."

Acórdão 918/2014 - Plenário
"A inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes, caracteriza inobservância à jurisprudência do TCU."

Acórdão 1211/2021 - Plenário
"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) , não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro."

Aliás, vale aqui lembrar trecho do acordão supracitado:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame ***não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes*** *e o oposto, ou seja,* ***a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público****, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) ".*

Dessa forma, o princípio do formalismo moderado busca encontrar o ponto de equilíbrio entre a observância das formalidades legais e a agilidade e eficiência nos processos licitatórios. Isso não significa abrir mão das regras, mas sim interpretá-las de forma a privilegiar a finalidade última da licitação, que é a busca da melhor proposta para a Administração Pública.

O entendimento jurisprudencial também corrobora a adoção do formalismo moderado nos processos licitatórios, principalmente o Superior Tribunal de Justiça, que vem reiterado essa posição em seus julgados e reconhecendo que a formalidade excessiva pode se tornar um obstáculo à eficiência e ao interesse público.

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 28, III, E 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. HABILITAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA. ATENDIMENTO DA FINALIDADE LEGAL. DOUTRINA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.

1. A Lei 8.666/93 exige, para a demonstração da habilitação jurídica de sociedade empresária, a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (art. 28, III).

2. A recorrida apresentou o contrato social original e certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, devidamente autenticada, contendo todos os elementos necessários à análise de sua idoneidade jurídica (nome empresarial, data do arquivamento do ato constitutivo e do início das atividades, objeto social detalhado, capital social integralizado e administradores).

3. Inexiste violação da lei ou do instrumento convocatório, porquanto a recorrida demonstrou sua capacidade jurídica e atendeu, satisfatoriamente, à finalidade da regra positivada no art. 28, III, da Lei 8.666/93.

*4. **A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41).***

Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º).

5. Recurso especial desprovido."

(REsp n. 797.170/MT, relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/10/2006, DJ de 7/11/2006, p. 252.)

Neste diapasão, considerando que a equipe julgou a empresa inabilitada, em razão de excesso de formalismo, a empresa não deverá sair do certame, devendo ser habilitada a prosseguir do processo licitatório.

Frisa-se que formalismo procedimental não se confunde com excesso de formalismo, que por sua vez é medida descabida ao Pregão. José dos Santos Carvalho Filho ensina que o "princípio do formalismo procedimental passa a noção de que as regras do procedimento adotadas para a licitação devem seguir os parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo".

Contudo, deve-se atentar que para que no cumprimento desse princípio não se peque pelo "formalismo", consistente no apego exacerbado e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade principal do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para o ente licitante de forma a prestigiar a isonomia entre os interessados.

De acordo com Hely Lopes Meirelles3, o procedimento formal, entretanto, não se confunde com "formalismo", que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.

Tal situação corresponde exatamente ao caso em tela, visto que cabe ao Pregoeiro, no momento da realização do Pregão, agir com razoabilidade e parcimônia na análise de eventuais falhas e omissões, para que o processo não seja interrompido ou frustrado por conta de excesso de formalismo, o que obviamente não ocorreu, tendo em vista a inabilitação da Recorrente.

Dessa forma, constatando-se a presença de todos os documentos essenciais à habilitação foram devidamente apresentados, deve o Pregoeiro agir com sabedoria e razoabilidade habilitando a empresa Recorrente, tendo em vista que foram satisfeitas as formalidades necessárias à contratação do vencedor.

A habilitação da Recorrente, in casu, não fere o princípio da isonomia, haja vista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, sem necessidade de incluir qualquer documento posterior à realização da abertura do certame, apenas as diligências que não teve a oportunidade. Nesse sentido, o TCU já decidiu:

> Concluiu-se que as desclassificações acima relatadas se deram por razões de aspecto meramente formal, sem levar em consideração o princípio da razoabilidade e a competitividade do certame. As falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame. (ACÓRDÃO 1291/2011).

Diante disso, observa-se que a atitude do Pregoeiro de inabilitar a empresa Recorrente merece reforma, posto que a mera ausência de reconhecimento de firma em cartório não é suficiente para elidir a Recorrente do certame.

CONCLUSÃO:

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebido o presente recurso, para o fim de que, em juízo de retratação, o Ilustre Pregoeiro, DESCLASSIFIQUE/INABILITE a licitante GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, habilitando a recorrente TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.

Não havendo retratação, seja o recurso remetido à Autoridade Superior (Prefeito), a fim de que essa lhe dê provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 01 de março de 2024.

RAPHAEL PELINSON AZEVEDO:05705482922

Assinado de forma digital por RAPHAEL PELINSON AZEVEDO:05705482922
Dados: 2024.03.01 12:51:57 -03'00'

.....

TECHFAIR OBRAS E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA
RAPHAEL PELINSON AZEVEDO
Sócio Administrador
CPF: 057.054.829-22

Eduardo Duarte Scheivaraski

De: Eduardo Duarte Scheivaraski
Enviado em: sexta-feira, 1 de março de 2024 14:05
Para: contato@techfair.com.br; contato@turfgreen.com.br; construtora.hammer@gmail.com; contato@rapachi.com.br; construtora@zavarezzi.com.br; contato@jmzengenharia.com.br; compactaconstrutotasc@gmail.com; ctt.graopara@outlook.com.br; tsgradil@outlook.com
Assunto: Concorrência 001/2024.
Anexos: doc05975320240301140833.pdf

Boa tarde, encaminho ao participantes o recurso apresentado na CC 001/2024.

O prazo de contrarrazões é dia 06/03.

A empresa ainda enviou seu balanço completo e o contrato com o engenheiro, documentos que haviam faltado na licitação.

Até lá o certame está suspenso.

Att.

Eduardo Duarte Scheivaraski

Licitações e Compras

PIÊN/PR

41-3632-1136

Prefeitura de PIÊN

Rua: Amazonas, 373 , Centro.

GRÃO PARÁ

CNPJ: 43.081.035/0001-05
Rua Londrina, 597 – Iguaçu Araucária/PR - CEP 83.701-450 FONE: (41) 3552-3748
Ctt.graopara@outlook.com.br

ÀO

MUNICIPIO DE PIEN

Ref. Concorrência 001/2024.

GRÃO PARÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 43.081.035/0001-05, com sede na Rua Londrina, 597 - Iguaçu - Araucária/PR - CEP 83.701-450, por intermédio de seu representante legal o Karlos de Alcântara Rebello Kirchner, sócio proprietário, portador do CPF nº 001.694.762-27 e RG nº 13.150.474-8 SESP/PR, endereço eletrônico ctt.graopara@outlook.com.br e tel.: 41 3552-3748 vem respeitosamente apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

DAS RAZÕES

DO PEDIDO CONTRA À HABILITAÇÃO DESTA EMPRESA

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, a Comissão Julgadora não pode criar novos critérios de julgamento sem observância ao disposto no edital.

No presente caso, esta empresa atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa, vejamos.

No entanto conforme consta da ata da sessão de abertura dos envelopes a recorrente TECHFAIR OBRAS E SOLUÇOES TECNOLOGICAS LTDA deixou de apresentar o balanço patrimonial por completo, conforme previa claramente o edital:

> *10.1. Para habilitar-se no presente processo de licitação, a proponente terá de apresentar os seguintes documentos (Envelope 01):*
>
> .....
>
> *10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA*
>
> *a. ....*
>
> *b. Balanço Patrimonial, devidamente acompanhados das Notas Explicativas, e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme índices descritos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de*

apresentação da proposta;

Ainda conforme edital podemos extrair o item 9.5 o qual deixa claro a inabilitação da licitante, caso algum documento esteja incompleto ou em desconformidade, vejamos:

> *9.5. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da licitante, mesmo se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, ressalvado os documentos relativos à regularidade fiscal contidos no item 9.1.2, devendo ser observado o contido no item 9.1.2.3.*

Portanto, manutenção da habilitação desta empresa recorrida se trata de clara observância à Legalidade.

DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório.

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/21, prevê expressamente o vínculo ao instrumento convocatório como princípio básico:

> *Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação,* ***da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica,*** *da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

> ***Art. 37.*** *A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de* ***legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

> *"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*
>
> *A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.*
>
> *Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na*

GRÃO PARÁ

CNPJ: 43.081.035/0001-05
Rua Londrina, 597 – Iguaçu Araucária/PR - CEP 83.701-450 FONE: (41) 3552-3748
Ctt.graopara@outlook.com.br

> *administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."*(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86),

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

> *"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06)*

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo.

DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgada totalmente **IMPROCEDENTE o referido recurso,** para fins de MANTER A DECISÃO RECORRIDA.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Araucária, 01 de março de 2024.

KARLOS DE ALCANTARA REBELLO KIRCHNER:00169476227

Assinado de forma digital por KARLOS DE ALCANTARA REBELLO KIRCHNER:00169476227
Dados: 2024.03.01 15:06:49 -03'00'

GRAO PARA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Karlos de Alcântara Rebello Kirchner
Sócio Administrador